ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JABORÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL ALBERTO BORDIN
PROFESSOR (A): TILARA GONÇAVES MACHADO

ALUNO: _____ 8 º ANO

14ª ETAPA DE ATIVIDADES PEDAGÓGICAS NÃO PRESENCIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, DE HISTÓRIA. DATA: 30/08 A 10/09.

Os caminhos da independência: 1808 a 1822

No final do século XVIII, a colônia brasileira passou por alguns movimentos sediciosos que contestavam a autoridade da monarquia portuguesa. No início de 1789, contra a possível derrama para pagamento das dívidas, a elite mineira arquitetou um plano de separação que foi frustrado por delações de alguns envolvidos. Foi a chamada Inconfidência ou Conjuração Mineira. Em 1798, imbuídos dos ensinamentos da Revolução Francesa, as classes populares soteropolitana também buscam a separação da Bahia de Portugal. Foi a chamada Conjuração Baiana.

Após esses dois movimentos, que foram severamente combatidos pelas autoridades portuguesas, a colônia viveu um período de tranquilidade política. Já a sede do império português, o território europeu, passa a viver uma instabilidade política e econômica decorrente da ascensão de Napoleão Bonaparte ao comando da França e suas investidas bélicas contra o principal aliado dos portugueses na Europa: a Inglaterra.

Em 1806, o Império Napoleônico decretou um bloqueio comercial aos ingleses. As nações europeias são forçadas a aderir sob pena de invasão do temido exército francês. O governo português ficou numa situação difícil: ou aderiu ao bloqueio por pressão francesa, perdendo sua aliança com a Inglaterra (que poderia requerer pagamentos de dívidas e retaliar a decisão portuguesa), ou manter-se-ia aliado da Inglaterra e sofreria as sanções franceses e invasão territorial.

As discussões políticas portuguesas decidiram pela transferência da corte, a sede monárquica, para a capital colonial da América: a cidade do Rio de Janeiro. Essa decisão possuía um viés bastante econômico: o Brasil respondia por cerca de 60% de toda a riqueza gerada pelo império português anualmente.

A transferência da sede garantia aos portugueses, além do controle do Brasil, o controle dos territórios na África e Ásia e sua aliança com a Inglaterra.

No final de 1807, a monarquia portuguesa se transfere para o Brasil. Em janeiro de 1808 desembarcam em Salvador, onde o príncipe regente D. João (o herdeiro do trono governava em nome da mãe, D. Maria I, declarada incapaz) abre os portos brasileiros às nações amigas (Inglaterra). Esse ato marca o fim do pacto colonial entre Portugal e Brasil.

Em março de 1808, a família real portuguesa, e seu séquito de quase 15 mil súditos da nobreza, passa a habitar a cidade do Rio de Janeiro, que precisará passar por reformas estruturais para receber tantas pessoas e seus hábitos de classe privilegiada. Sendo assim, a capital do Brasil passa por diversas mudanças, além de algumas outras regiões do país. “[A chegada da corte] afetou tão intensamente tantos aspectos da vida brasileira – economia, política, sociedade, cultura, comportamento e outros – que alguns historiadores a ela se referem como a “segunda descoberta do Brasil”.

A transferência da corte necessitou na implantação dos aparatos administrativo e burocrático do Império português. Entre esses aparatos, pode-se citar: criação do Banco do Brasil, Conselho da Real Fazenda e Imprensa Régia (1808). Há também os aparatos educacionais e culturais: Real Academia Militar; da Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica; da Real Biblioteca (1810), do Teatro Real de São João (1813), do Jardim Botânico e da Missão Artística Francesa (1816).

Em 1810, Inglaterra e Portugal assinam os tratados de Aliança e Amizade e de Comércio e Navegação.

Esse último dava vantagens comerciais de importação aos produtos ingleses frente aos produtos portugueses e das demais nações aliadas de Portugal.

Em 1815, com a derrota definitiva de Napoleão no cenário europeu, o Brasil se torna reino unido à Portugal (a chamada Invenção do Brasil) para que o governo português pudesse participar do Congresso de Viena (reunião das lideranças europeias para redefinir a configuração geopolítica do continente após os 25 anos revolucionários da França). A missão francesa é, inclusive, um passo de reconciliação entre portugueses e franceses.

A rainha D. Maria I falece em 1816 e D. João é coroado, no Rio de Janeiro, em 1818, como D. João VI. Em 1817, a região nordestina passa por um movimento sedicioso separatista: a Revolução Pernambucana. As lideranças desse movimento eram contrárias ao alto custo de vida, ao aumento dos impostos e ao abandono da região por parte do governo da Corte. Portanto, buscaram a separação e a fundação de uma república reunindo algumas províncias do nordeste.

Em 1820, em Portugal, na cidade do Porto, eclode um movimento constitucionalista que força à assinatura de uma Constituição para o país. As cortes portuguesas (parlamento) passam a gerir o país e a família real a representá-lo. O parlamento português exige a volta da família real, que retorna ao país em 1821. Entretanto, o rei, D. João VI, deixa, no Brasil, como regente, o herdeiro da casa de Bragança: o príncipe Pedro.

A manutenção do herdeiro português no Brasil gera conflitos entre os interesses da elite portuguesa e os da elite brasileira. Durante o ano de 1822, em vários momentos, as cortes portuguesas emitem ordens de retorno de D. Pedro a Portugal e, por fim, em agosto, a ordem de recolonização do Brasil.

Apoiado por brasileiros e por portugueses residentes no Brasil, em 07 de setembro de 1822, D. Pedro emancipa o Brasil em relação a Portugal. Nos meses seguintes desse ano, D. Pedro foi considerado defensor perpétuo do Brasil e, em dezembro, coroado Imperador, sob o nome de D. Pedro I.

ATIVIDADES

1 - Utilizando pesquisas na internet, preencha o quadro comparativo:

	Conjuração Mineira (1789)	Conjuração Baiana (1798)
Objetivo comum	Fim do pacto colonial.	
Composição		Segmentos médios e populares.
Influências	Independência dos Estados Unidos.	
Propostas sociais		
Causas		Aspectos sociais. Crise de abastecimento.
Modelo político		

2 - "Um dos problemas centrais que acompanhou o Rio de Janeiro, desde a sua fundação até a chegada da Família Real em 1808, foi a questão da água, tanto no que diz respeito à obtenção de água potável, ao escoamento das águas pluviais, quanto à drenagem e ao aterramento de regiões alagadiças. [...] Se, em 1808, o problema do abastecimento de água estava razoavelmente solucionado, o mesmo não se pode afirmar do seu escoamento. Antes da chegada da Família Real, a questão já era um problema e, à medida que a cidade aumentava, piorava. [...] Em uma época em que não existia sistema de esgotos nem, muito menos, de tratamento destes, havia apenas três soluções para o escoamento dos dejetos humanos no Rio de Janeiro. A primeira, utilizada pelas casas não tão abastadas, comsistia em acumular o lixo no pátio da residência esperando que as chuvas tropicais o levassem. A segunda, e muito pitoresca, era a utilização de escravos que deveriam carregar os dejetos em tinas levadas às costas e despejá-los na Baía de Guanabara. [...] A terceira solução era derramar o lixo nas ruas que possuíam valas, ou nas próprias, e esperar que estas o levassem até o mar".
(Disponível em: <http://www0.rio.rj.gov.br/arquivo/pdf/revista_agcrj_pdf/revista_cidade_familia%20real.pdf>.

a) Quais os principais problemas enfrentados pela população carioca até a chegada da corte portuguesa, em 1808?

_____
_____
_____

b) Esses problemas ainda persistem nas cidades brasileiras, na atualidade? Justifique.

_____
_____

c) Quais eram as formas utilizadas, no século XIX, para escoar os dejetos humanos?

_____
_____

3 - Quais as razões para, em 1815, o Brasil ter sido elevação do Reino Unido à Portugal e Algarves?

_____
_____
_____